



Índice

- 01** PF diz que índio foi morto em fazenda com arma de calibre acima de 38
- 02** Figueiró critica sugestão de arrendamento de terras disputadas por índios e fazendeiros
- 03** Ato Nacional em apoio às Causas Indígenas, 09/08
- 04** Área reivindicada por indígenas em Caarapó vai passar por perícia judicial
- 05** Secretaria-Geral da Presidência reúne organizações sociais para discutir regulamentação da Convenção 169
- 06** Justiça determina que perícia avalie se terra em Caarapó pertence a índios
- 07** Piratini defende consenso para evitar que demarcações de terras parem na Justiça
- 08** Operação entre Polícia Federal, Ibama e Kaiapós retiraram garimpeiros dentro da área indígena
- 09** Indígenas Xoekleng concluem etapa local da 5ª CNSI
- 10** “Estou apavorado”, diz Puccinelli sobre desfecho de conflito indígena



PF diz que índio foi morto em fazenda com arma de calibre acima de 38

SÍTIO REGIÃO NEWS, 01.08.2013

A informação é do superintendente da Polícia Federal (PF) em Mato Grosso do Sul, Edgar Marcon.

O laudo pericial sobre a causa da morte do indígena da etnia terena Oziel Gabriel, durante a reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS), aponta que ele foi atingido por um tiro de arma com calibre acima de 38. A informação é do superintendente da Polícia Federal (PF) em Mato Grosso do Sul, Edgar Marcon.

Marcon na manhã desta quinta-feira (1º), que o documento excluiu a possibilidade do tiro ter partido de arma de calibre pequeno ou de fuzil. Entretanto, segundo ele, ainda não é possível concluir quem disparou contra Gabriel e nem especificar qual o calibre da arma usada.

"Esperávamos que os peritos dessem uma indicação precisa de qual calibre vitimou esse indígena, pela espessura do orifício do ferimento. Só que o laudo pericial foi inconclusivo, tendo em vista que ele aponta que o projétil pode ter sido de uma arma de calibre 38 até calibre 45, por exemplo", declarou.

O laudo com 71 páginas chegou à Polícia Federal de Campo Grande na segunda-feira (29), segundo o superintendente, e foi anexado ao volume 4 do inquérito de investigação, que já tem 1.110 páginas, sobre a morte do terena.

O superintendente da PF explicou que o ferimento de entrada do tiro que atingiu o indígena é compatível com diversos tipos de projéteis, entre eles calibres 357, 38, 380, 40, 44, 45 e 9 milímetros, este usado pelos policiais federais.

"A Polícia Federal utiliza calibre 9 milímetros. [O tiro] pode ter partido de arma da Polícia Federal sim, que utilizou arma de fogo com munição letal. Não nego que a Polícia Federal tenha atirado. A doutrina policial é justamente essa, quando recebida por disparos de arma de fogo, a polícia tem que cessar imediatamente o fato. O policial não sai de casa para morrer", afirmou.

Segundo Marcon, não há previsão ou prazo máximo para conclusão do inquérito, pois ainda faltam depoimentos de testemunhas, de indígenas e de policiais que estava no local, além de laudos periciais que estão em andamento.

Armas e materiais usados pelos índios passarão por perícia. Um celular de uso pessoal de um policial militar e um maço de cigarro, que foram atingidos por tiro, também foram apreendidos para análise da perícia

CONT.



"A prova de que os nossos policiais foram recebidos com tiros de armas de fogo está bastante caracterizada em projéteis que foram encontrados nos coletes à prova de balas dos policiais, no maço de cigarro e celular de um policial militar, que foi atingido por uma munição letal de calibre 22", disse.

Perícia

O primeiro exame de necropsia do corpo de Oziel Gabriel foi feito no Instituto de Medicina Legal (IML) de Sidrolândia, no dia da morte. O segundo exame foi feito no IML de Campo Grande, no dia 1º de junho, por peritos da Polícia Federal de Brasília, a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

Disputa de terra

A fazenda Buriti está em área reivindicada pelos índios em um processo que se arrasta há 13 anos. A terra indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área de 17,2 mil hectares foi delimitada, e a portaria foi publicada no Diário Oficial da União.

Após a morte do índio terena Oziel Gabriel, foi criada uma comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), formado por representantes do TJ-MS, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS), da Procuradoria da República, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do MPF-MS, do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, líderes indígenas, representantes da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e estudiosos.

O grupo escreveu um relatório com propostas de soluções para a demarcação de terras indígenas e a fazenda Buriti foi uma das áreas em conflito em Mato Grosso do Sul que foram analisadas pela comissão do CNJ. Segundo o desembargador do TJ-MS e coordenador do Fórum Nacional de Assuntos Fundiários, Sérgio Fernandes Martins, a terra indígena da fazenda Buriti tem uma peculiaridade no processo.

"Já tem uma decisão em segundo grau dizendo que a terra não é tradicionalmente uma terra de ocupação indígena. E portanto essa decisão depende de um recurso ordinário do Supremo [Tribunal Federal], e portanto está fácil de fazer um acordo nos autos, entre a União e os proprietários rurais para que aquela terra possa ser liberada para os índios ocupá-las. Afinal de contas, eles reivindicam com muita força e muita ênfase aquelas áreas", concluiu.

O relatório já foi concluído e deverá ser entregue ao presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa.



Figueiró critica sugestão de arrendamento de terras disputadas por índios e fazendeiros

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 02.08.2013

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS), em discurso nesta sexta-feira (2), criticou a solução temporária que poderá ser apresentada pelo governo federal para a disputa entre índios terena e fazendeiros em torno da fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS). Segundo Figueiró, fontes seguras o informaram que o Executivo deverá propor o arrendamento das propriedades rurais invadidas por indígenas, enquanto não se apresenta a solução definitiva. O prazo do governo para acertar essa negociação encerra-se no próximo dia 5.

- A proposta é até que seja julgado o último recurso apresentado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) nos tribunais superiores. É um claro sinal de delonga para a solução da questão fundiária que tanto abala o Mato Grosso do Sul – avaliou.

Nos moldes da sugestão que deverá ser apresentada pelo governo federal, explicou o parlamentar, serão feitos pagamentos aos produtores como se fossem um aluguel. Se no futuro a área ficar com os produtores, os valores pagos seriam descontados da indenização a que terão direito. Se for declarada terra indígena, o valor já pago seria considerado indenização pelas benfeitorias feitas pelos produtores.

- Creio que essa proposta é inviável, ela tem tudo para tensionar e conflagrar o ambiente – destacou Figueiró.

Na opinião do parlamentar, os dois lados da disputa estão insatisfeitos com a solução temporária, porque ela mantém a instabilidade e a insegurança. Para ele, a solução só é boa para a União, que não precisaria desembolsar R\$ 2 bilhões para garantir as indenizações em Mato Grosso do Sul.

- Esse é o preço da paz – afirmou.

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2013

Brasília, 02 de agosto de 2013.

Ato Nacional em apoio às Causas Indígenas, 09/08
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 01.08.2013



Em acompanhamento ao ATO NACIONAL em apoio às Causas Indígenas e DIA INTERNACIONAL DOS INDÍGENAS, os Povos de MS se organizam, em especial neste momento o Povo Terena, diante do descaso e impunidade na morte de Oziel Gabriel.

ESTE ATO É ORGANIZADO PELO POVO TERENA JUNTAMENTE COM OUTRAS LIDERANÇAS INDÍGENAS.

“POVO TERENA EM BUSCA DE SEUS DIREITOS”

Antes de tudo o povo terena vem por meio desta agradecer a solidariedade recebida pelos companheiros. Isso foi fundamental na nossa luta, trouxe força pro nosso povo que naquele momento achava que estava sozinho.

Nos momentos do ataque da polícia, lá estavam nossos companheiros não índios, defendendo os direitos indígenas, também arriscando suas próprias vidas.

Quando os 15 (quinze) indígenas foram presos pela PF, também lá estavam pessoas que se solidarizaram incansavelmente durante toda a noite até o raiar do dia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2013

Brasília, 02 de agosto de 2013.

Quando os indígenas passavam necessidade de sobrevivência, havia pessoas arrecadando alimentos para enviar aos nossos irmãos, saíam às ruas, pois sabiam que lá havia um ser humano que tinha a necessidade de lutar pelos seus direitos.

E hoje sentimos que precisamos agradecer a todos vocês, talvez faltasse oportunidade para esse momento acontecer, pra dizer "obrigado por tudo, obrigado a todos que também arriscaram suas vidas!" Ainda temos essa dívida com todas as pessoas que mostraram suas caras na rua, que muitas vezes poderiam sofrer ou sofrem perseguição por defender a causa justa dos povos indígenas.

Assim, nós nos organizamos pra fazer este momento, juntamente com as lideranças Terenas, de olharmos para cada um de vocês e mais uma vez de mãos dadas, para juntos continuarmos essa luta tão árdua, que dura muitas décadas.

Estamos cansados de ver nosso próprio país massacrar nosso povo, ver nosso país perseguir nossas lideranças, estamos cansados de ver nossas lideranças sendo assassinadas brutalmente, estamos cansados de ver casos de IMPUNIDADE acontecer repetidamente.

Percebe-se que no caso de Oziel Gabriel, que foi morto pela polícia, mais uma vez caminha para a impunidade. Nós não confiamos na justiça brasileira, pois sempre estive ao lado do Agronegócio!

Povo Terena acordou! Aos pouco se libertou da vida opressora que o Estado brasileiro sempre impôs. Hoje estamos decididos lutar contra a injustiça, contra leis que querem acabar com nossos direitos, tais como Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

Queremos denunciar a violência contra os povos indígenas do MS, cobrar justiça e punição para o mandante do assassinato do Oziel Gabriel.

Junto com Dionédson e em nome da Rede de Educação Cidadã-RECID convidamos a todos para construir estratégias de fortalecimento da luta dos povos indígenas de MS.

* Exigimos que todos os casos relacionados aos direitos indígenas sejam tratados, investigados julgados pela Justiça Federal. Exigimos que o Governo Federal garanta a segurança plena em nossa aldeias.*

Programação: 13hs as 18hs

Pautas:

Agradecimento das Lideranças Terena aos Movimentos Sociais
Exibição de Vídeos

Violência contra os Povos Indígenas (Lentidão da Justiça na conclusão sobre a morte do Oziel Gabriel).

Bandeira de luta "Oziel Gabriel Vive!"

Encaminhamentos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2013

Brasília, 02 de agosto de 2013.

TODOS contra PLP 227 e (PEC) 038 e 215.

Em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), às 13:00: Teatral Grupo de Risco - Rua José Antônio, 2170.

Segue abaixo as cidades que já tem o evento marcado.

Rio de Janeiro (RJ): <https://www.facebook.com/events/212037808944783/>

Belo Horizonte (MG): <https://www.facebook.com/events/394189307369317/?ref=3>

Curitiba (PR): <https://www.facebook.com/events/423045544476697/>

Campinas (SP): <https://www.facebook.com/events/570526896322914/>

São Paulo (SP): <https://www.facebook.com/events/148158368714002/?ref=3>

Porto Alegre (RS): <https://www.facebook.com/events/181950021974000/>

categorias



Área reivindicada por indígenas em Caarapó vai passar por perícia judicial

SÍTIO DOURADOS AGORA, 01.08.2013

Estudos vão confirmar se fazenda está dentro da Terra Indígena Guyraroká, já em processo final de demarcação pelo governo federal

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) acatou os argumentos do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) e determinou a realização de perícia judicial na Fazenda Ypuitã, para confirmar se ela pertence à Terra Indígena Guyraroká, localizada em Caarapó, sul do estado. Estudos realizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) definiram a fazenda como sendo de ocupação tradicional indígena.

O TRF-3 concordou com a tese do MPF, de que a prova pericial é a maneira mais eficaz de comprovar, com maior segurança, que a propriedade encontra-se na área pertencente à Terra Indígena Guyraroká: "Somente após a concretização dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, serão fornecidos os dados necessários para descrever a existência da ocupação indígena na área". A Justiça Federal de Dourados deve agora nomear um perito, que será responsável pelo trabalho.

A área reivindicada já passou pelos estudos de identificação e delimitação da Funai e foi declarada terra indígena pela Portaria nº 3.219/09 do Ministério da Justiça. Faltam a colocação de marcos físicos, que limitam a área, e a homologação pela Presidência da República.

A perícia já havia sido determinada pela Justiça Federal de Dourados, mas em 30 de outubro de 2012 um juiz substituto, atuando temporariamente no processo, anulou as decisões anteriores, sob o argumento de que custaria muito (o valor definido era de R\$ 70 mil) e poderia demorar anos até a sua conclusão (o processo é de 2001). A decisão do TRF-3, de 1º de julho de 2013 reverteu aquela determinação. Agora, novo perito deverá ser nomeado.

MPF quer indenização de R\$ 170 milhões para comunidade indígena

O Ministério Público Federal ajuizou ação na Justiça Federal contra a União e a Funai, em que pede indenização de 170 milhões de reais por danos morais e materiais sofridos pela comunidade indígena Guyraroká, expulsa de seu território tradicional há 100 anos, no processo de colonização de Mato Grosso do Sul. O MPF quer que o valor seja revertido em políticas públicas destinadas aos indígenas de Guyraroká.

O MPF considerou a dispersão da comunidade, a remoção forçada para outras áreas, a violência sofrida, a demora da União em demarcar suas terras tradicionais e ainda a frustração dos direitos originários ao usufruto exclusivo de suas terras. Utilizou-se um conceito parecido com o de lucros cessantes, previsto pelo Código Civil, que consiste naquilo que a pessoa deixou de lucrar como consequência direta do evento danoso.

CONT.



Como referência, o MPF utilizou a área total da Terra Indígena Guyraroká - 11.401 ha -, declarada pela Portaria MJ nº 3.219/09. Foi então calculado o valor anual do arrendamento da área, desde 1927 - quando há o 1º registro da expulsão dos indígenas da área - até 2012, sobre o qual incidem juros de mora, chegando-se ao valor de R\$ 85.388.547,42. Este seria o valor mínimo aferido no período, se a área tivesse sido arrendada. A indenização por danos morais foi estipulada no mesmo valor, chegando-se ao total de R\$ 170.777.094,84.

As diversas etnias indígenas foram expulsas à força de seus territórios ou reunidas em pequenas áreas, para dar lugar à agropecuária. Passaram, então, a depender de políticas compensatórias até que a Constituição Federal de 1988 garantiu aos indígenas o direito aos territórios tradicionalmente ocupados. Hoje, Mato Grosso do Sul tem a 2ª maior população indígena do país - 70 mil pessoas - e disputas de terras que geram os mais altos índices de violência do país.



Secretaria-Geral da Presidência reúne organizações sociais para discutir regulamentação da Convenção 169
SÍTIO PORTAL EBC, 01.08.2013

Alex Rodrigues - Agência Brasil

Brasília – A Secretaria-Geral da Presidência da República promoveu hoje (1), em Brasília, um encontro com representantes de várias organizações sociais. Além de retomar o debate sobre a regulamentação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o evento serviu para que o governo estendesse a outras organizações civis de defesa dos direitos sociais, além das diretamente envolvidas com a questão indígena ou quilombola, a possibilidade de participar do processo de regulamentação.

Representantes de ao menos 20 das mais de 30 organizações convidadas compareceram ao encontro, que reuniu membros da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Instituto Socioambiental (ISA), Justiça Global e Fundação Ford, entre outras. As entidades indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), recusaram o convite.

O Cimi informou, por meio da assessoria, que seria um contrassenso participar de um encontro que as principais organizações indígenas, mesmo não tendo sido convidadas a participar, repudiaram. A entidade avalia que o governo age contraditoriamente, divulgando querer promover um processo transparente, enquanto adota ou apoia iniciativas contrárias aos interesses indígenas, como a proposta de modificar os processos de criação de reservas, consultando outros órgãos além da Fundação Nacional do Índio (Funai). A Comissão Pró-Índio declarou não se sentir à vontade para participar de uma conversa para a qual os principais interessados, índios, quilombolas e comunidades tradicionais, não foram convidados.

A Convenção 169 foi aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 2002 e sancionada pela Presidência da República em abril de 2004. Entre outras coisas, ela estabelece que os povos indígenas e os regidos por seus próprios costumes e tradições ou por legislação especial sejam consultados sempre que seus interesses forem afetados por medidas legislativas ou administrativas.

Pela norma, a consulta deve ser feita “mediante procedimentos apropriados” e por meio de instituições representativas, “com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas”. A falta de regulamentação da convenção tem servido de justificativa para protestos contra grandes empreendimentos, como nas sucessivas ocupações dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará.

Durante o encontro, representantes da Secretaria-Geral da Presidência detalharam a evolução dos trabalhos do grupo responsável por conduzir o processo de regulamentação com a participação social. Criado em janeiro de 2012, o grupo de trabalho é coordenado pela

CONT.



secretaria e pelo Ministério das Relações Exteriores. Reúne representantes de 24 ministérios e autarquias e conta com a participação de integrantes de organizações sociais e da sociedade civil organizada. Segundo a Secretaria-Geral, o grupo já promoveu cinco reuniões informativas com comunidades quilombolas de Novo Airão e de Goiânia, em Goiás, Registro (SP), Montes Claros (MG), Porto Alegre (RS) e Teresina (PI) e Tabatinga (AM), além de uma com povos indígenas, em Tabatinga (AM).

O movimento indigenista, contudo, questiona o processo. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), por exemplo, divulgou nota na qual diz que, “mesmo com a realização de algumas reuniões isoladas e informais com alguns povos e comunidades, o apregoeado processo participativo não tem acontecido”. A entidade, que reúne organizações indígenas de várias partes do país, destacou que o movimento não admite que a regulamentação consulta prévia seja apressada em função da urgência do governo federal de viabilizar grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) ou para responder às exigências da OIT e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo a secretária adjunta de Articulação Social da Secretaria-Geral, Juliana Gomes Miranda, além de convidar outras organizações de defesa dos direitos humanos a se envolverem no processo, o grupo de trabalho decidiu endossar a reivindicação dos movimentos sociais quanto à necessidade de o governo aceitar discutir a sugestão de revogar a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU). Com seus efeitos temporariamente suspensos, a portaria é repudiada por movimentos sociais por estender para todos os processos demarcatórios de terras indígenas as 19 condicionantes determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para aprovar a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

“As entidades se posicionaram, fizeram suas críticas e uma análise da conjuntura que reconhecemos que nem sempre é favorável aos sujeitos dos direitos [previstos] na convenção. Não temos como fechar os ouvidos às manifestações sociais e não é nossa proposta substituir os sujeitos de direitos pelas entidades da sociedade civil. Desde o início, nós temos priorizado o diálogo direto com o público-alvo da convenção”, disse Juliana, destacando a complexidade do tema, que vai além da consulta prévia.

“Estamos entendendo a mensagem da sociedade, assim como já tínhamos entendido a mensagem que os índios vinham apresentando. Mas, também, precisamos colocar a nossa mensagem. Isso é o diálogo. Todos têm que procurar ser flexíveis. Hoje, nosso objetivo era avaliar a situação com a sociedade civil, mas já estamos fazendo isso com os quilombolas e gostaríamos de também estar fazendo com os indígenas. Evitar o diálogo não é uma forma de lutar”, disse Juliana.

Edição: Aécio Amado



Justiça determina que perícia avalie se terra em Caarapó pertence a índios
SÍTIO ALÔ CAARAPÓ, 01.08.2013

A Fazenda Ypuitã, localizada em Caarapó, de propriedade de Saulo de Oliveira, passará por perícia judicial para confirmar se pertence à Terra Indígena Guyraroká, localizada no sul de Mato Grosso do Sul. Estudos realizados pela Funai (Fundação Nacional do Índio) definiram a fazenda como sendo de ocupação tradicional indígena.

Concordando com a tese elaborada pelo MPF/MS (Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul), de que a prova pericial é a maneira mais eficaz de comprovar, com maior segurança, que a propriedade encontra-se na área pertencente à Terra Indígena Guyraroká, o TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) determinou a realização da perícia no local.

A área reivindicada já passou pelos estudos de identificação e delimitação da Funai e foi declarada terra indígena pela Portaria nº 3.219/09 do Ministério da Justiça. A colocação de marcos físicos, que limitam a área, e a homologação feita pela Presidência da República são os únicos passos que faltam para que a área, de fato, seja considerada indígena.

Segundo o MPF/MS, a perícia no local já havia sido determinada pela Justiça Federal de Dourados, mas no dia 30 de outubro de 2012, um juiz substituto, atuando temporariamente no processo, anulou as decisões anteriores, sob o argumento de que custaria muito, R\$ 70 mil, e poderia demorar anos até a sua conclusão, já que o processo é de 2001. A decisão do TRF-3, de 1º de julho de 2013 reverteu a determinação antiga.

“Somente após a concretização dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, serão fornecidos os dados necessários para descrever a existência da ocupação indígena na área”, justificou o TRF-3. Um novo perito nomeado pela Justiça Federal de Dourados será responsável pelo trabalho. Indenização de R\$ 170 milhões – Uma ação contra a União e a Funai foi ajuizada na Justiça Federal pelo MPF, que pede indenização de R\$ 170 milhões por danos morais e materiais sofridos pela comunidade indígena.

De acordo com o Ministério, os Guyraroká foram expulsos de suas terras tradicionais há 100 anos, no processo de colonização do Estado. O MPF quer que o valor seja revertido em políticas públicas destinadas aos indígenas de Guyraroká.

Os 11.401 ha, área total da Terra Indígena Guyraroká, foram utilizados como referência na ação. O tamanho do local foi declarado pela Portaria MJ nº 3.219/09. Foi então calculado o valor anual do arrendamento da área, desde 1927 – quando há o 1º registro da expulsão dos indígenas da área – até 2012, sobre o qual incidem juros de mora, chegando-se ao valor de R\$ 85.388.547,42. Este seria o valor mínimo aferido no período, se a área tivesse sido arrendada. A indenização por danos morais foi estipulada no mesmo valor, chegando-se ao total de R\$ 170.777.094,84.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 137 / 2013

Brasília, 02 de agosto de 2013.

Indígenas – Conforme estudos do MPF, as diversas etnias indígenas de Mato Grosso do Sul foram expulsas à força de seus territórios ou reunidas em pequenas áreas, para dar lugar à agropecuária.

Depois disso, as comunidades passaram a depender de políticas compensatórias até que a Constituição Federal de 1988 garantiu aos indígenas o direito aos territórios tradicionalmente ocupados.

Atualmente, a segunda maior população indígena do País se concentra em Mato Grosso do Sul. São 70 mil pessoas que estão no cerne de disputas de terras que geram os mais altos índices de violência do país.

Correio do Estado



Piratini defende consenso para evitar que demarcações de terras parem na Justiça
SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 01.08.2013

RS soma 16 áreas de conflito, onde vivem mais de 80 mil famílias

O governo do Estado deve apresentar, nas próximas semanas, uma proposta para solucionar o impasse que envolve a demarcação de terras indígenas e a indenização e reassentamento de agricultores familiares, sobretudo no Norte gaúcho. Nesta quinta-feira, o governador Tarso Genro debateu o tema em reunião que contou com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representantes de comunidades indígenas e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul). Conforme Cardozo, a Constituição reconhece a legitimação das terras indígenas e da demarcação. O impasse, porém, reside no que deve ser demarcado e nas áreas de conflito. Atualmente, existem conflitos em 16 áreas, atingindo cerca de 80 mil famílias em 100 municípios do Rio Grande do Sul.

De acordo com o governador, as decisões tomadas devem ser de consenso. "A solução da justa indenização é um processo, e para isso é preciso ter consciência de que isso não acontece em pequeno prazo", ressaltou Tarso, ao afirmar que o papel do Estado não é resolutivo. "Nós não temos poder para decidir, mas sim queremos evitar a judicialização, sendo facilitadores e encaminhadores junto a Funai e o Ministério da Justiça", disse.

"Estamos diante de algumas áreas de conflito extremamente graves e vamos buscar uma alternativa para resolver o problema antes de judicializá-lo", ratificou o secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan.

Fonte: Rádio Guaíba



Operação entre Polícia Federal, Ibama e Kaiapós retiraram garimpeiros dentro da área indígena

SÍTIO JORNAL FOLHA DO PROGRESSO, 02.08.2013

Os indígenas também apreenderam barcos e motores e equipamento de pesca de pescadores.

A operação foi comandada pelos indígenas kaiapós que mantem base no município de Novo Progresso.

Segundo informações os indígenas solicitaram a Polícia Federal e IBAMA ajuda para retirar garimpeiros que extraem ouro dentro da terra indígena dos Kaiapos as margens do Rio Curua.

Operação conjunta da Polícia Federal, do Ibama e da Funai retirou os garimpeiros que funcionava ilegalmente em terras dos índios Kaiapó.

A polícia usou o helicóptero do IBAMA para retirar os garimpeiros que foram presos até a sede do Ibama em Novo Progresso, após prestaram esclarecimentos, foram autuados e posteriormente liberados.

O garimpo existia há anos dentro da terra indígena, que fica a 60 quilômetros de Novo Progresso no sudoeste do Pará. A localidade dos garimpos e a área indígena pertencem ao município de Altamira, devido a geografia usam como base para manutenção o município de Novo Progresso.

Os indígenas também apreenderam barcos e motores e equipamento de pesca de pescadores que se encontravam no rio curua, com atividade pesqueira e outros de lazer dentro da área indígena.

No total, 09 pessoas responderão a processo por extração ilegal.

Fonte: Redação Jornal Folha do Progresso



Indígenas Xoekleng concluem etapa local da 5ª CNSI

SÍTIO PORTAL DA SAÚDE, 01.08.2013

O município de José Boiteux (SC) sediou, nos dias 30 e 31 de julho, a etapa local da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI) para os indígenas Xoekleng. A etnia, exclusiva do interior de Santa Catarina, discutiu propostas e elegeu os 27 delegados que irão representar a região na etapa distrital da conferência.

Ao todo, o grupo formulou 55 propostas com foco em garantir direitos e ampliar os serviços prestados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), como, por exemplo, sugestões como a criação de departamentos na secretaria e a alteração de atribuições que atualmente estão nos municípios para o controle direto do Ministério da Saúde.

Entre as propostas, está o retorno do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI) aos municípios com população indígena, a criação de um departamento de zoonoses na Sesai e que a secretaria fique responsável pelo recolhimento de lixo nas aldeias. As ideias foram aprovadas por unanimidade e seguem para a etapa distrital da conferência.

O Cacique geral da Terra Indígena La Klanõ, José Ndili, destacou a realização da conferência e disse que é importante que os indígenas tenham mais informações sobre a gestão da saúde indígena no país.

“Falta diálogo. Parece que muitas vezes o povo Xoekleng não sabe o que está acontecendo. Eventos como a 5ª CNSI fazem com que o povo se informe. Temos que lembrar também que as nossas ideias na conferência são para todos, não apenas para os Xoekleng”, argumentou a liderança.

Para o presidente do conselho local de Saúde Indígena, Basílio Priprá, é importante elaborar um plano que a população não se arrependa no futuro.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Interior Sul, Ilírio Roque Portela esteve presente no evento e reforçou a necessidade da comunidade indígena se preparar para defender as propostas aprovadas na etapa local.

“Temos que nos organizar porque sabemos que nos outros estados os indígenas estão unidos defendendo as propostas deles. Nós temos que saber defender as nossas”, explicou.

Após a aprovação das propostas e escolha dos delegados, o grupo se prepara para a etapa distrital da 5ª CNSI, que será realizada em setembro, em Florianópolis.



"Estou apavorado", diz Puccinelli sobre desfecho de conflito indígena

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 01.08.2013

O governador André Puccinelli (PMDB) disse estar "apavorado" com o desfecho dos conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul. Na segunda-feira, o grupo de trabalho do Governo federal apresentará a proposta para solucionar o problema no Estado. Estima-se que só investimento de aproximadamente R\$ 1 bilhão pode acabar com a guerra por terra entre índios e produtores rurais.

A situação é mais tensa na Reserva Buriti, formada por cinco aldeias, em Sidrolândia, a 71 quilômetros de Campo Grande. Os índios querem ampliar a área de 2 mil para 17 mil hectares. Para pressionar a demarcação, eles invadiram duas fazendas na região. Durante a desocupação da Fazenda Buriti, da família de Ricardo Bacha, houve confronto entre a polícia e os índios.

Durante a operação, o índio terena Oziel Gabriel, 35 anos, morreu após ser baleado. Um outro índio, Joziel Gabriel Alves, 32 anos, corre o risco de ficar tetraplégico após ser baleado em outro confronto, entre produtores rurais e índios em outra fazenda na área do conflito.

Como o prazo dado pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, acaba na segunda-feira, o governador teme o desfecho dos trabalhos. Quando Cardozo esteve em Campo Grande, prometeu que até o dia 5 de agosto definiria o posicionamento da União sobre a questão. Mas até o momento, a quatro dias do prazo final, o Estado não consegue obter informações do Ministério.

Caso o Governo Federal não encaminhe uma resposta conclusiva aos produtores rurais e indígenas, "vai dar briga entre branco e índio", lamentou o governador.

"Não sei se vão comprar as terras", comentou Puccinelli sobre uma possível atitude da União para solucionar os conflitos. "Seria leviano de minha parte afirmar isso", emendou ao dizer que até o momento não tem nenhuma posição.

O desembargador Sérgio Martins, que faz parte da comissão criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para estudar uma solução para os conflitos indígenas em MS, alertou para o risco das propostas do Governo federal. Uma solução, que não agradou índios e brancos, foi o arrendamento de terras.

O Governo federal pretende arrendar as áreas em conflito até o fim do impasse. Nesse caso, os índios entram na terra e os produtores receberiam pelo aluguel. Com o fim definitivo do caso, os produtores poderão ser indenizados. Os índios e produtores querem uma solução definitiva, mas a medida exigiria, só para Buriti, investimento de R\$ 150 milhões, segundo estimativa da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul).